

FRANCISCO TOPA

AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA

UM EXEMPLO VIVO PARA O NOSSO TEMPO

NO VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO
DA ESCOLA DE QUE É PATRONO

ESCOLA DR. AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA

PORTO



Desenho de Gouveia Portuense

Patrocínios:

Pelouro de Animação da Cidade — Câmara Municipal do Porto
Junta de Freguesia do Bonfim

Estamos num tempo de querer possuir cada vez mais: aparências, objectos, prazeres fugazes, dinheiro, bens materiais. Interessa mais ter que ser. Prevalece o número sobre a pessoa.

Cabe (também) à escola inverter esta situação. Os nossos jovens precisam de referências morais, culturais, espirituais. Por isso, quando a Escola Pires de Lima, ao perfazer 20 anos de existência, resolveu homenagear o seu patrono, dando a conhecer aos seus alunos e restante comunidade escolar a sua personalidade, a sua figura de professor exemplar, a sua obra, não fez mais do que cumprir com um dever de cidadania: projectando para a actualidade um autêntico valor, quase esquecido, «exemplo vivo para o nosso tempo».

Estamos, por isso, muito gratos ao Dr. Francisco Topa, da Faculdade de Letras do Porto, por nos ter oferecido — em conferência proferida em 18 de Fevereiro de 1993 — um trabalho notável sobre a vida e a obra de Augusto César Pires de Lima.

O nosso muito obrigado ao Pelouro de Animação da Cidade — Câmara Municipal do Porto e Junta de Freguesia do Bonfim, sem cujos patrocínios não teria sido possível a edição deste trabalho.

E que o exemplo de Pires de Lima — de amor à família, de amor à sua terra, de vivência dos autênticos valores humanos, de amor às raízes do seu povo, de amor à verdade — que este exemplo frutifique junto dos nossos alunos.

Maio de 1993

MAIO 1993

Composição e Impressão
Tipografia UNIARTE GRÁFICA/PORTO

José Manuel Tavares Rebelo
Presidente do Conselho Directivo

AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA,

UM EXEMPLO VIVO PARA O NOSSO TEMPO

— no 20.^o aniversário da escola de que é patrono

Antes do mais, cumpre-me agradecer o convite para associar-me a uma das várias manifestações de homenagem a Pires de Lima que a vossa escola tem previstas. Se esse convite me deixou feliz — pela oportunidade que me dava de ler melhor e com mais atenção a tão interessante quanto vasta e diversificada obra de um dos grandes trabalhadores da cultura portuguesa da primeira metade deste século —, por outro lado não evitou que ficasse algo apreensivo, perante a responsabilidade do tema, como perante a especificidade do contexto — justamente uma das casas do homenageado.

Seria por certo preferível que o significado desta evocação — ou, talvez melhor, desta invocação — encontrasse correspondência na voz de alguém mais experiente e com uma preparação mais sólida e mais vasta do que a minha. Não sendo esse o caso, procurarei cumprir o melhor possível o encargo que gostosamente assumi, esforçando-me acima de tudo por transmitir a admiração que tenho pela obra do Dr. Augusto César, e bem assim a convicção de que não há motivos que justifiquem a quase generalizada indiferença a que tem estado votada nas últimas décadas.

E a oportunidade para essa tentativa vem a ser a circunstância feliz da passagem do 20.^o aniversário desta escola, colocada, por

proposta da Câmara Municipal do Porto, sob o patrocínio de Pires de Lima.

Congratulemo-nos desde logo com o facto de ter sido possível ultrapassar-se — ao que suponho de forma incólume — a onda numérica baptismal que em tempos próximos varreu boa parte das nossas escolas. Mas congratulemo-nos também com a oportunidade de celebrarmos, não um aniversário de morte — paradoxo a que tem levado a febre «aniversarística» que vem dominando as manifestações culturais no nosso país —, mas antes um aniversário de vida, um aniversário que não é pessoal mas antes colectivo, e ainda por cima de uma colectividade com mais que muitas afinidades com Augusto César Pires de Lima.

Efectivamente, e ao contrário do que acontece com certa frequência, a atribuição de um patrono a esta escola revelou-se perfeitamente acertada: Pires de Lima, embora natural da freguesia de S. Tiago de Areias, Santo Tirso, viveu a maior parte da sua vida no Porto; foi também no Porto — depois de devidamente habilitado para o magistério e uma vez concluído o curso de Direito — que iniciou, em 1905 e no então Liceu Central, a sua carreira de professor docente; foi também aqui que integrou durante quase vinte anos a Junta de Província do Douro Litoral, no âmbito da qual viria a presidir à Comissão de Etnografia e História, assim como à revista e ao museu que, em grande parte por iniciativa sua, viriam a ser criados; foi, finalmente, aqui que foi escrita e publicada uma boa parte da sua obra, a que aliás o Porto serviu de tema diversas vezes. Se necessária fosse outra prova da sua condição de tripeiro adoptivo, bastaria apontar o facto de a proposta para a atribuição do seu nome a uma nova escola ter partido da própria Câmara, que assim terá pretendido perpetuar — se mais não fosse por via simbólica — o agradecimento do Porto a quem sempre dera provas de ser um digno cidadão. A um outro nível, teve este gesto uma outra implicação, eventualmente não planeada, mas mesmo assim importante: o restabelecimento, por via do patrocínio escolar, da relação de afinidade cultural, de colaboração e de amizade entre Pires de Lima e outra grande figura da Filologia e da Etnografia, igualmente recordada no nome de uma escola portuense — Carolina Michaelis de Vasconcelos.

Será pois no sentido de — modestamente — contribuir para a actualização desse símbolo do patrocínio, que depende menos de um

ofício circunscrito como este do que de um ritual capaz de se incorporar ao quotidiano da escola, que irei tentar mostrar como está vivo e pode permanecer fecundo o perfil de professor, filólogo e etnógrafo de Augusto César Pires de Lima.

Começando pela primeira dessas três facetas principais do vosso patrono — que, no fundo, se articulam numa unidade indivisível —, creio que devemos desde já reconhecer que o seu desempenho como professor se impõe como exemplar cada vez mais. Com efeito, num tempo como o nosso, em que, depois de um período de massificação desordenada, o ensino português parece passar por uma fase de indefinição, de falta de credibilidade, de apática resignação; em que o professor, olhado com desconfiança, deixou de ser tido como elemento central do processo educativo, ficou subordinado a uma poderosa máquina burocrático-pedagógica e desceu do estatuto de intelectual para o de mero funcionário — creio que a postura de Pires de Lima continua a ter algo a dizer-nos, apesar da distância cronológica. E isto por vários motivos.

Desde logo pela vocação. Como ficou dito, Augusto César era formado em Direito, um curso que, à partida, faria esperar um outro destino profissional que não o de professor. No entanto, frequentando ainda o curso jurídico, e com apenas vinte anos, submeteu-se com êxito a difícil concurso para o magistério liceal e técnico. É possível que tenham pesado nessa decisão razões de ordem económica, como é possível aliás que a tradição familiar não tenha deixado de exercer alguma influência. De qualquer das formas, e embora tenha chegado a advogar em simultâneo, o certo é que Pires de Lima se entregou à docência com verdadeiro espírito de missão, revelando-se um pedagogo no pleno sentido do termo, o que lhe permitiu colher sempre a admiração e a estima de colegas e alunos.

Por outro lado, teve sempre uma visão alargada das tarefas do professor. Logo na segunda etapa da sua carreira — cumprida em Vila Real, de 1906 a 1914 — dedicou-se à organização da biblioteca do respectivo liceu, desempenhando ainda o cargo de reitor. Este espírito de dedicação não se alteraria com o seu regresso ao Porto, altura em que se fixa — até à aposentação, em 1952 — no Liceu de Rodrigues de Freitas, embora tenha chegado a trabalhar também na Escola Comercial de Oliveira Martins, na Escola de Mouzinho da Silveira e na Escola do Infante D. Henrique, a cuja direcção presidiu em momento bem difícil.

Recusando-se a ser mero funcionário, pautou sempre a sua conduta por princípios éticos e deontológicos inabaláveis, mesmo quando os riscos eram óbvios. A título de mera ilustração, atente-se na seguinte passagem de uma conferência que teve oportunidade de fazer a 2 de Maio de 1941, a convite da Federação dos Amigos da Escola Primária, em que — dando conta das inúmeras deficiências e ilegalidades que teve de enfrentar ao assumir a direcção da Escola do Infante D. Henrique — relata e comenta este episódio:

«Um dia [o antigo director] consegue a visita do Presidente da República, Dr. Teixeira Gomes, que sobe as escadas acompanhado de um séquito vistoso, onde não faltavam as fardas de grande gala, debaixo de uma chuva de flores lançadas pelas alunas, vestidas a capricho.

Naquele delírio de vivas, por entre as pétalas e as bandeiras, não era fácil descortinar a miséria que reinava no edifício. Como os governantes se deixam enganar quando inspeccionam, não à maneira dos visitantes antigos, que apareciam de surpresa nas freguesias, e aos quais não escapava o mínimo pormenor, mas só para receber homenagens, tantas vezes enganadoras e traiçoeiras.» (*O Papel do Professor da Instrução Primária*, Porto, 1942, p. 6).

Com o mesmo objectivo, reparemos também no modo como Pires de Lima, em tempos que não podem ser comparados aos nossos, equaciona os objectivos da educação:

«Os professores têm de educar as crianças, tornando-as obedientes e respeitadas, mas a obediência e o respeito não excluem o espírito de observação, o carácter independente, numa palavra, a personalidade.

Nós temos de servir a Nação, sim, mas não como escravos. Os nossos serviços devem ser prestados sob o imperativo da consciência, robustecida pelo conhecimento da história e do exemplo vindo de cima.

De contrário, em vez de verdadeiro patriotismo, em vez de um povo, teremos um rebanho de criaturas, manobradas pelo cajado do pastor, umas de olhos fechados e outras de olhos baixos, mas com a revolta a lavrar no íntimo.» (*inid.*, p. 9)

Ou ainda na oposição a uma planificação educativa centralista, empenhada em impor a unidade sem respeito pela diversidade:

«A escola num meio rural, não pode ter os mesmos programas daquela que funcione num meio urbano.» (*inid.*, p. 17)

«(...) a verdade é que não pode o Estado impor um método único aos professores, porque isso seria extinguir neles o espírito inventivo.

O livro único para mim representa um retrocesso.» (*ibid.*, p. 37)

«Quero ver até uma contradição entre a apologia das aldeias mais típicas de Portugal e a defesa de um único livro distribuído desde o norte até ao sul, do leste a oeste, sem respeito pelas características locais.» (*ibid.*, p. 39)

Para confirmar esta ideia, ainda que a um nível muito elementar, poderia ser aqui contada uma anedota já antiga, que corre sob várias versões, como esta:

«Numa escola da Ilha da Madeira, na aula de Português. A professora:

— Meus meninos, hoje vamos aprender a soletrar, vá
B+A = BA

Os alunos: — BA

A professora: — T+A = TA

Os alunos: — TA

A professora: — T+A+S = TAS

Os alunos: — TAS

A Professora: — Muito bem! Agora a palavra toda...

Alunos e Professora: — SEMELHAS!

(JOSÉ, Herman, *As anedotas do Herman*, s. l., Jovitur, d. l. 1987, p. 44)

Outro aspecto importante da actividade docente de Pires de Lima teve a ver com o profícuo trabalho que realizou no domínio da edição de clássicos da literatura portuguesa, bem como no da elaboração de manuais e de selectas literárias.

Com efeito, aplicando os seus sólidos conhecimentos filológicos e literários, reviu, anotou — e, com frequência, elaborou também prefácios e glossários —, desde muito cedo, e tanto para colecções do tipo popular quanto para colecções dirigidas a um público erudito,

cerca de três dezenas de textos onde pontua — por convicção — a literatura erudita de base popular, com autores como Gil Vicente, Garrett, Camilo, Júlio Dinis e tantos outros.

Atendendo à vastidão do trabalho e à complexidade da matéria, compreende-se que o autor nem sempre tenha sido completamente feliz. Deixemos de lado outros aspectos, em parte explicáveis pelo objectivo de divulgação que estava subjacente à maior parte dessas edições, e consideremos — a título meramente exemplificativo — o caso do primeiro de dois textos da História Trágico-Marítima publicados por Augusto César: *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil para este reino no ano de 1565* (pref., notas e glossário por A. C. Pires de Lima, Porto, Domingos Barreira, 1938). O problema em causa respeita à autoria, que o editor atribui a Bento Teixeira Pinto, provavelmente induzido por Bernardo Gomes de Brito, depois seguido por Diogo Barbosa Machado. Acontece porém que Bento Teixeira Pinto é uma invenção do autor da *Biblioteca Lusitana*, ampliada por investigadores posteriores; em seu lugar, existiu sim um Bento Teixeira, natural do Porto e não de Pernambuco (como veio a ser descoberto por Rodolfo Garcia em 1929), autor de uma única obra — *Prosopopeia*, um poemeto épico publicado em Lisboa, em 1601, dirigido a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco. O *Naufrágio*, que é o que directamente nos interessa, foi escrito pelo piloto Afonso Luís, auxiliado na revisão do texto por António de Crasto, homem de letras e mestre de D. Duarte, conforme se vê pela edição de 1601 (em que este texto foi impresso juntamente com a referida *Prosopopeia*).

De qualquer das formas, falhas como esta não afectam de modo significativo a qualidade do trabalho desenvolvido por Augusto César no domínio da edição de textos clássicos, pelo que subscrevo as seguintes palavras de Pinharanda Gomes:

«Como importa memorar, Augusto César Pires de Lima, tanto pela idade como pelo trabalho produzido, inclui-se entre os primeiros preparadores portugueses de textos clássicos para o ensino liceal, aparecendo desde logo (1923) no grupo dos especialistas convidados pela «Renascença Portuguesa». Nascido em 1883, é, portanto da primeira geração de antologiadores, cabendo-lhe o direito de ser situado entre os mestres primordiais da arte de ler. O predicado cabe-lhe tanto em função crónica, como em função produtiva.»

(«Augusto César Pires de Lima (1883-1959) e a Etnolinguística, in *Nova Renascença*, vol. 3, n.º 2, Verão de 1983, p. 237-238)».

Quanto a manuais e selectas literárias, preparou — em colaboração com Carlos Santos — compêndios de leitura de Francês, e sobretudo compêndios de língua e literatura portuguesas, dirigidos a diversos níveis de ensino (primário, secundário, comercial), revelando sempre sentido didáctico, escrupulo e bom gosto, o que justifica o sucesso alcançado.

No entanto, é certo que, se olharmos para esses manuais com olhos de hoje, não deixaremos de notar os efeitos da passagem do tempo — ao nível da orientação didáctica como ao nível da orientação ideológica —, ainda que tenhamos de reconhecer a responsabilidade maior dos programas oficiais nessas orientações. De qualquer modo, o sentido de equilíbrio e de bom gosto do autor ajudam a ultrapassar esses condicionalismos, pelo que a sua consulta ou até a sua utilização continuam não sendo descabidas.

A título de exemplo, veja-se o *Livro de Leitura para o Ensino Comercial — primeiro e segundo ano* (Porto, 1935), marcado por uma bem conseguida conciliação entre a chamada literatura culta e a chamada literatura popular, entre o texto literário e o excerto ensaístico ou o simples apontamento informativo. As honras de abertura são concedidas ao conto popular, através de um texto previsível: «Filho és, pai serás; assim como fizeres, assim acharás». Encontramos depois — de forma alternada — canções de berço e cantigas populares (acompanhadas de partitura), provérbios, outros contos populares, fábulas (de Bocage e João de Deus), páginas de história pátria, textos sobre as regiões de Portugal, sobre as árvores mais características, sobre festas populares, sobre rios, a par de textos literários como a hoje indispensável «Balada da Neve» de Augusto Gil. No fundo, estamos perante um bom retrato da personalidade e do pensamento do autor, descontando as imposições do programa, mesmo perante um texto popular como «Canção do lavrador», que dispensa comentários:

*Na aldeia de cem vizinhos,
Na pobre choça, Senhor,
Vive alegre e satisfeito
O cansado lavrador.*

*Em paz se ergue, em paz se deita,
Não teme o mundo revolto;
Lavra seus campos de dia,
Dorme a noite a sono solto.*

*Tem mel das suas abelhas,
Tem o pão do seu cerrado,
Leite das suas ovelhas,
Veste a lã que dá seu gado.*

*Seu comer sempre é gostoso,
Pois o ganha a sua agência,
E não leva misturado
Amargos de dependência.*

(*Opus cit.*, p. 90)

Concluindo esta breve digressão pelas principais facetas da actividade docente do Dr. Pires de Lima, poderíamos terminar com as mesmas palavras que ele usou para encerrar uma conferência anteriormente referida:

«Defender a causa do ensino com mais saber e com mais inteligência do que eu é muito fácil; defendê-la, porém, com mais franqueza, com mais amor, com mais espírito de sacrifício parece-me impossível.» (*Opus cit.*, p. 53)

Mas, como todos certamente saberão, Pires de Lima não se destacou apenas como Professor. Homem de acção, dotado de grande inteligência e cultura, revelou-se um polígrafo notável, o que explica a vastidão da sua obra restante: cerca de uma centena de opúsculos sobre etnografia, filosofia, filologia e história; perto de três dezenas de artigos sobre problemas agrícolas e interesses regionais; outros tantos sobre temática muito variada; e ainda cerca de uma dezena de conferências inéditas e um livro de poesia.

Felizmente para nós, o essencial desta obra — que se distribui por uma série considerável de revistas, boletins e jornais — foi reunida pelo autor nos seis avantajados tomos dos *Estudos etnográficos, filológicos e históricos*, publicados entre 1947 e 1951, com o apoio generoso da Junta de Província do Douro Litoral.

De orientação essencialmente prática, esses ensaios abrangem uma gama muito diversificada do saber — da literatura culta à literatura oral (contos, lendas, cancionero, romancero, adagiário, adivinhas, anedotas...), passando pela linguagem popular, pela medicina tradicional, pelas crenças e superstições, pela arte popular e pelo artesanato, pelas técnicas agrícolas, pelas plantas, pela arqueologia, pelas habitações, pelos jogos e brinquedos..., revelando assim um entendimento largo da Etnografia e o denodado esforço de obtenção de um retrato completo do *ethnos* português.

Com o desconto previsível, talvez pudesse ser aplicada a Pires de Lima a seguinte passagem da *Correspondência de Fradique Mendes*:

«Com efeito nesta saudade de Fradique pelo Portugal antigo, havia amor do pitoresco, estranho num homem tão subjectivo e intelectual; mas sobretudo havia o ódio a esta universal modernização que reduz todos os costumes, crenças, ideias, gostos, modos, os mais ingênuos e mais originalmente próprios, a um tipo uniforme (representado pelo *sujeito utilitário e sério* de sobrecasaca preta) — com a monotonia com que o chinês apara todas as árvores dum jardim, até lhes dar a forma única e dogmática de pirâmide ou de vaso funerário. Por isso Fradique em Portugal amava sobretudo o povo — o povo que não mudou, como não muda a Natureza que o envolve e lhe comunica os seus caracteres graves e doces. Amava-o pelas suas qualidades e também pelos seus defeitos: — pela sua morosa paciência de boi manso; pela alegria idílica que lhe poetiza o trabalho; pela aquiescência à vassalagem com que depois do *Senhor Rei* venera o *Senhor Governo*; pela sua doçura amaviosa e naturalista; pelo seu catolicismo pagão, e carinho fiel aos deuses latinos, tornados santos calendares; pelos seus trajos, pelos seus cantos... Amava-o ainda (diz ele) pela sua linguagem tão bronca e pobre, mas a única em Portugal onde se não sente odiosamente a influência do Lamartinismo ou das *Sebentas* do Direito Público.»

Mas talvez seja preferível ceder a palavra ao próprio Pires de Lima, que numa conferência realizada em 1940, e subordinada ao tema «O Folclore», assim exprimiu esse seu sentimento nacionalista de ruralidade:

«São tão graciosos, tão suaves, tão belos os campos de Portugal! E tão harmoniosa a vida que neles palpita.

Para pintar com cores essa beleza eu tinha de ser pintor, e não o sou; para descrever o movimento da lavoura e de todas as artes que giram em volta dela, preciso me era uma pena e eu não sou poeta nem prosador.

Para se compreenderem, porém, os nossos campos e as nossas terras, para a gente se extasiar perante os seus encantos, bastam, graças a Deus, olhos que vejam e uma alma que sinta.

Ora eu tenho olhos capazes de ver e uma alma susceptível, para sentir, mas não me concedeu a Providência o dom de irradiar à minha volta o fogo de simpatia pela terra, que em mim ardeu sempre e que só poderá extinguir-se quando a lama se desprender do corpo, quando eu «passar», para me servir de um termo do povo, tão belo e tão expressivo.» (*EEFH*, I, Porto, 1947, p. 14-15).

Perfeitamente clara quanto à questão em causa, esta citação revela porém, em algumas das suas passagens uma modéstia excessiva, se levarmos em conta duas qualidades suplementares sempre evidenciadas por Pires de Lima: a facilidade de comunicação; a capacidade de motivar esforços, de formar colaboradores, de constituir equipas.

O primeiro aspecto é confirmado pela opinião decisiva do grande etnógrafo brasileiro Luís da Câmara Cascudo, em artigo citado por António Pedrosa Pires de Lima no *In Memoriam do Dr. Augusto César Pires de Lima*:

«Seus estudos são páginas quentes e de encanto imediato da sedução legítima da natureza. Todos nós encontramos elementos de interesse e palpitação autêntica do complexo social, não reduzido ao sistema ósseo da estilização «técnica» ou filtragem que determina a evaporação do saber autêntico do convívio colectivo.» (*opus cit.*, Porto, Porto Editora, 1983, p. 52)

O segundo aspecto é confirmado por Pinharanda Gomes em passagem de um artigo já referido:

«Teve, no decurso dos anos, ensejo de catalizar, para acções consequentes no plano da Historiografia e da Etnografia, personalidades que, avulsas ou separadas, faziam, cada uma, o seu trabalho. Foi às iniciativas institucionais e culturais — Museu, Revista, Congressos — que se ficou devendo a junção e a colaboração de personalidades e de autores tão variados e distintos como Cláudio Basto, Pedro Vitorino, Virgílio Pereira, Rebelo Bonito, Eugénio

Andrea da Cunha Freitas, Armando de Matos, P. Serafim das Neves, Gonçalo Sampaio (...). Com estes, e outros, Augusto César Pires de Lima fez, à sua conta, metade da história da Etnografia portuguesa entre os anos de 1940 e 1956.» (*opus cit.*, p. 229-230)

Ora, no centro desse sentimento da ruralidade estava — a par de outros — o amor pela linguagem e pela literatura populares, como claramente escreve Pires de Lima em «A Indústria Agrícola como elemento da vida da Nacionalidade», comunicação apresentada ao Congresso Nacional de Ciências da População (Porto, 1940):

«(...) sendo a língua o elemento mais sólido de uma verdadeira Nacionalidade, não podemos esquecer a contribuição dada pelo povo para o português se formar e adquirir a independência; o folclore precede a literatura erudita e lidar com os nossos serranos ou com os camponeses é descobrir os fios que nos levam às instituições, aos usos e costumes dos antepassados; finalmente os nossos melhores escritores, aqueles que simbolizam as qualidades da raça, procuram e exaltam a fonte popular.» (*EEFH*, I, p. 149)

É justamente levando em linha de conta este ideário que poderemos apreciar a única obra poética de Pires de Lima, um livrinho de meia centena de páginas, intitulado *Evocações* e publicado em 1920 (Porto, Livraria Moderna); em cujo prólogo o autor explicita a sua fonte de inspiração, ao mesmo tempo que reconhece as suas limitações artísticas:

«Recordações, saudades, crenças populares, lendas e casos de uma das mais belas terras de Portugal, mereciam bem um cronista mais inspirado e favorecido pela Natureza.»

Trata-se de uma obra constituída por romances, sonetinhos e cantigas, podendo a qualidade dos textos ser aferida pelo modo — exótico ou anedótico — como o autor se aproxima da fonte popular.

Para a primeira modalidade, sirva de exemplo o seguinte sonetinho:

À tardinha

*De cor de fogo e violeta,
Se tinge o céu ao poente;
Pelo ar se filtra, dolente,
Uma luz triste, discreta...*

*Dando os longes de um cometa,
Esvaindo lentamente,
Uma nvem de ouro ardente
Dos montes transpõe a meta...*

*Toca o sino: Av, Maria...
Dos campos regressa o gado,
Olhos grandes a cismar...*

*Na boca a prece cicia...
E os ralos no seu trilado
Convidam a descansar...*

Conforme se observa facilmente, o poema está de acordo com o título da obra e com a linha apontada no prefácio. Com efeito, estamos perante a tentativa de reconstituo — num ambiente claro de saudade lânguida — da atmosfera romântica de um certo campo. No entanto, e apesar da opção pelo sonetinho — num esforço de aproximação do ritmo e do tom da poesia oral —, o texto flui de modo excessivamente monótono, sensação para que contribui também a convencionalidade do quadro, das imagens ou da adjectivao.

Maior interesse apresentam as cantigas, autnticas quadras ao gosto popular, servindo de exemplo a seguinte, que surge apoiada num símile curioso, posto que não propriamente inédito:

*O pardal  brincalhão,
Aos saltinhos, a picar;
Assim é teu coração
Anda sempre a variar.*

Passando, finalmente,  consideração da vertente etnográfica da obra de Pires de Lima, e para não me alongar excessivamente, reduziria a reflexão ao problema da literatura oral no contexto da escola, já porque é esse o contexto em que nos encontramos, já porque se trata de um problema que, devidamente solucionado, poderia constituir um modo de continuar aquela que parece ser a grande mensagem do vosso patrono, a saber: a necessidade e o interesse de manter viva a chama da tradição.

De modos diferentes e com intenes diferentes, a escola nunca ignorou por completo a literatura oral, como — de uma forma mais geral — nunca ignorou o chamado folclore, estando bem consciente da sua utilidade didáctica em áreas que vão da língua portuguesa  história, passando pela música, pelos trabalhos manuais ou pela educação física.

Nos últimos anos, porém, passos mais decididos foram dados, ainda que me pareçam apoiados numa reflexão apressada e superficial do fenmeno: respondendo a novas exigências, os programas curriculares de numerosos estabelecimentos de ensino superior voltados para a formação de professores passaram a contemplar essa área, que aliás começou a interessar a investigação aplicada. Apenas a título ilustrativo, e no caso concreto da literatura oral, posso referir dois casos próximos de nós: os de Maria José Costa e Maria Emília Traça, que — no âmbito de um Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa realizado pela Faculdade de Letras do Porto — apresentaram dissertaes sobre as rimas infantis e o conto popular, respectivamente (já editadas pela Porto Editora no ano passado, sob os títulos de *Um continente poético esquecido — as rimas infantis* e de *O Fio da memória — do conto popular ao conto para crianças*). Estão, portanto, reunidas hoje condies que poderiam permitir a prossecução de um trabalho sério e conseqüente, tanto mais que as mentalidades e as orientaes pedagógicas são outras.

No entanto, e apesar desta disponibilidade e das experiências concretas que se vão fazendo, o problema não está resolvido porque não chegou sequer a ser colocado em termos satisfatórios.

Para desenvolver esta questão, voltarei atrás, para me referir às duas dissertaes citadas, que terminam ambas com um pertinente capítulo sobre as hipóteses de utilização pedagógica das formas consideradas. E para dizer o seguinte: ainda que, de uma forma geral, concorde com as propostas concretas l apresentadas, estou em total desacordo com a formulação global a elas subjacentes, que é assim apresentada por Maria José Costa:

«A cultura regional nacional (pela complementaridade e interacção entre regies) seria também, desse modo, preservada, dado que o seu reconhecimento pela instituição escola é factor de sobrevivência.» (*opus cit.*, p. 137)

E não concordo porque, desde logo, falta saber o que é «cultura regional nacional». Pelo parêntesis que se segue a esta expressão — em que se fala de complementaridade e interacção regional — temo que uma proposta assim formulada possa conduzir a uma de duas situações, ambas nocivas: ou a uma defesa exacerbada daquilo que é tido como especificidade regional, o que seria anacrónico tendo em vista as condições actuais da circulação da cultura, que determinam — entre outras consequências — que a força maior de uma boa parte da literatura oral resida na civilização urbana; ou então ao reforço da tendência para a padronização do nosso ser nacional, indo assim ao encontro da estratégia seguida pela indústria cultural e pela indústria do lazer.

Penso, portanto, que estamos perante um problema pouco pacífico, que exige uma reflexão mais vasta sobre a tradição e sobre o modo como ela deve ser encarada.

É generalizada a ideia de que as tradições estão em acelerado processo de desaparecimento ou de adulteração. E, ao mesmo tempo que esta ideia vai criando raízes, vão surgindo voluntários empenhados em evitar o inevitável, uns munidos de boas intenções, outros procurando colher os benefícios possíveis. Os efeitos perversos desse entusiasmo não tardam a fazer-se sentir: lá onde estava o natural, está hoje o pitoresco; lá onde estava o autêntico, está hoje o «pastiche» e o «kitsch»; lá onde estava a arte popular, está hoje um artesanato muitas vezes duvidoso; lá onde estava a aldeia com todas as suas contradições, está hoje o campo idealizado do turismo rural, suficientemente versátil para oferecer ao homem da cidade todos os requintes exóticos, inclusive, se necessário for, um grupo folclórico que cante em inglês (um exemplo sobretudo algarvio); lá onde — finalmente — estava a vida, está hoje um museu dourado.

Face a este panorama, creio que temos de reconhecer o óbvio: as comunidades rurais e as suas tradições devem ser aquilo que os seus intérpretes quiserem que elas sejam, ou aquilo que os seus intérpretes conseguirem que elas sejam. Tanto uma planificação central como uma livre iniciativa desenfreada podem ser perigosas, por melhores que pareçam as intenções. Não nos compete a nós, sob pena de sermos acusados de hipocrisia e de nos atirarem com o provérbio «Bem prega frei Tomás», batermo-nos contra todo e qualquer tipo de mudança, tanto mais que isso equivaleria a tentar

fazer parar o tempo. O caminho a seguir creio que deve passar por um desenvolvimento planeado de forma participada e responsabilizadora, atento à satisfação das necessidades elementares e apoiado em agentes educativos que sejam capazes de aprender ao mesmo tempo que ensinam.

Como isso está feito, atrevo-me a perguntar: que direito temos nós de bradar contra formas aparentes de progresso que vão destruindo velhos hábitos comunitários e velhas tradições?; que direito temos de exigir a alguns dos nossos compatriotas que preservem aquilo que nós não preservámos, e que o preservem para nosso proveito?; que direito temos de censurar as casas de emigrante, nós que nunca retribuímos as remessas que nos enviaram, nós que hoje apreciamos e valorizamos as chamadas casas de brasileiro, que tanto foram criticadas há um século atrás?; nós que fizemos de Algarves, de Mindelos, de Moledos e de tantas terras mais, aquilo que se vê; nós ainda que sacrificámos umas quantas aldeias por causa de barragens erguidas em nome de um abstracto bem-estar colectivo. No fundo, tudo isto poderia ser resumido a uma única pergunta, eventualmente mais polémica: teremos o direito de exigir a esses nossos compatriotas que representem o papel que, em termos ecológicos, queremos obrigar o Brasil e tantos outros países em dificuldades económicas a representar?

Pela minha parte, a resposta a todas essas questões é negativa, por muito que esta resignação me custe. Confortam-me, porém, duas certezas:

1.^a — A ameaça que pesa sobre a identidade regional não é hoje, e — olhando para trás — vemos que os seus representantes souberam sempre dar o salto em frente, mesmo quando houve necessidade de fazer cedências, mesmo quando — à maneira dos índios e de outros povos — foram forçados a deixar-se confinar em reservas uma e outra vez encurtadas. O produto vivo de muitos séculos tem uma resiliência que lhe permite sobreviver aos embates. A um outro nível — ao nível da língua considerada no espaço nacional —, veja-se o exemplo das telenovelas brasileiras e do seu temido efeito. Há cerca de uma dezena e meia de anos, o país bem-pensante levantou-se em pé de guerra contra esse inimigo externo. E eu pergunto: terá valido a pena?; o que resta hoje dessa temida influência?

2.^a — Do ponto de vista imediato, o essencial do que podíamos fazer pela tradição — a recolha e o estudo — já está feito ou, no mínimo, iniciado. O passo seguinte passa pelo reconhecimento de que uma boa parte dessa tradição não se perdeu, mas — pelo contrário — está viva e actuante, ainda que com outro aspecto e em outros meios. Reparem como algum estilismo e alguma moda menos estilizada estão a recuperar modelos e formas tradicionais; reparem como alguma arquitectura e alguma decoração estão a enveredar também por esse caminho, reparem como, mesmo nas comunidades urbanas, o provérbio, a adivinha, a anedota estão de perfeita saúde; reparem como as nossas crianças continuam a servir-se de uma boa parte das rimas infantis recolhidas nas antologias, ao mesmo tempo que vão incorporando nesse acervo novos textos, muitas vezes de carácter efémero; reparem ainda como o conto popular — sobretudo o conto maravilhoso — continua actuante, na literatura infantil como no desenho animado, no «cartoon» como na publicidade. Que melhor exemplo do que aquele recente anúncio televisivo a uma marca de calças de ganga, em que o texto de «A Gata Borralheira» era tomado como ponto de partida para ser, de imediato, subvertido: a peça esquecida não era um sapato, mas umas calças, o que remete para uma situação diferente do baile; o papel activo pertencia à mulher, que não era mais uma bem comportada princesinha; o objecto do desejo era solitariamente descoberto num sedutor meio «underground».

A serem assim tão certas minhas certezas, compete-nos estar atentos aos novos sinais e buscar-lhes os respectivos sentidos.

Quanto à outra parte da proposta de Maria José Costa — em que se dizia que a instituição escola, reconhecendo a cultura regional, se poderia tornar factor da sua sobrevivência —, queria manifestar também a minha objecção de princípio. E isto apesar de achar a frase inteiramente verdadeira, como aliás poderemos verificar se pensarmos no seguinte: «Os Maias» são, certamente, uma das grandes obras de Eça; contudo, se não constituíssem, há longos anos, um dos principais pontos do programa de Português do 11.º ano, se isso não tivesse motivado tantos trabalhos sobre a obra, a nossa avaliação seria a mesma? Provavelmente não. E era justamente aqui que eu pretendia chegar: pensando nos níveis inferiores da escolaridade, a institucionalização da literatura oral (ou do chamado folclore, numa

perspectiva mais geral) comporta riscos consideráveis, decorrentes desde logo da mudança de contexto, que por sua vez tem outras implicações: a presença vigilante da pedagogia e da ideologia, tanto ao nível da selecção quanto ao nível do tratamento do material, que entretanto perdeu a espontaneidade e uma certa gratuidade que o caracterizam. Sintetizando, diria que, num tal caso, existiria o perigo de acontecer com a literatura oral aquilo que já aconteceu com uma boa parte da literatura infantil, graças ao contributo de múltiplos factores — do mercado editorial à sociedade em geral, passando também pela escola e pela pedagogia —, numa sobreposição clara da vertente didáctica à literária:

«Campeiam a imbecilização das formas verbais com diminutivos e adjectivações profusas e construções frasais canhestras; a apresentação desavergonhada de absolutos duvidosos e irretorquíveis sobre o real, desestimulando a reflexão e a crítica; a censura aos aspectos menos edificantes da conduta humana e, em especial, a vontade desbragada de ensinar, sejam atitudes morais ou informações tidas por úteis, como se a obra devesse substituir os manuais de ensino e a acção educativa de pais e professores. Assume-se que a criança não entende palavras novas e limita-se o vocabulário à moeda miúda da comunicação quotidiana. Pressupõe-se que ela não se concentra por muito tempo e se lhe oferece textos cada vez mais breves, em cuja extensão uma intriga ou um estado de ânimo não podem se desenvolver convenientemente.» (Maria da Glória Bordini, *Poesia Infantil*, S. Paulo, Ática, 1986, p. 7-8)

Pelas razões expostas, penso que o recurso à literatura oral não deve ser objecto de «regulamentação», de planificação, mas deve antes ser deixado à consideração de cada professor, que, atendendo ao meio, ao tipo de alunos, à especificidade de cada matéria, dela lançará mão se entender que tal é conveniente. Creio que o mais importante é que cada pessoa com responsabilidades educativas esteja atenta, conheça este património, reflecta sobre ele e tenha a dose suficiente de sensibilidade e de percepção crítica que lhe permitam perceber os seus motivos de interesse e as suas virtualidades. Que saiba, por exemplo, que dificilmente encontrará melhor exemplo para o conceito de imagem do que aquele que nos apresenta a seguinte adivinha antologizada por Pires de Lima:

*Qual é a coisa, qual é ela:
Terra branca,
Semente preta,
Cinco bois à labareta?*

(*O Livro das Adivinhas*, 5.^a ed., Porto, Domingos Barreira, d.
l. 1990. p. 26)

ou que, para ilustrar o conceito de homonímia, não há nada
melhor do que uma anedota:

- Sabes que agora já se pode fumar nas igrejas?
- Ah!?
- ... desde que não se esmague as beatas.

E com isto termino, esperando ter mostrado que Pires de Lima
deve continuar a ser tido como um exemplo válido, que apenas nos
exige o pequeno esforço de repensarmos o seu trabalho e a sua obra
à luz do nosso tempo.